



RADAR TRABALHISTA

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC
Ano 8 – Número 472 - 17/08 a 21/08/2026

Sumário

- Destaque da Semana
- Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)
- Notícias do Executivo
- Notícias do Ministério Público do Trabalho
- Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
- e-Social
- Outras Notícias
- Atos Normativos
- Dados estatísticos do TST

Destaque da Semana

[Plenário do STF confirma suspensão de sanções sobre riscos psicossociais no trabalho](#)

Supremo Tribunal Federal - 20/08/2026

Por unanimidade, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) referendou a decisão do ministro André Mendonça que suspendeu a aplicação de multas e outras sanções ligadas à inclusão de fatores de riscos psicossociais nas regras de gerenciamento de riscos no ambiente de trabalho. O ministro busca uma solução consensual para a controvérsia.

A suspensão, por 90 dias, foi determinada em 25 de junho último na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 1316. Na ação, a Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen) questiona alterações da Norma Regulamentadora 1 (NR-1) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) que passaram a exigir identificação, avaliação e gerenciamento de fatores de riscos psicossociais relacionados ao trabalho, sob pena de multa aos empregadores.

Segundo a confederação, as regras não definem parâmetros claros para orientar empregadores e fiscalizadores sobre a forma de avaliação desses fatores nem os requisitos necessários para a aplicação de penalidades.

Conciliação

Para o ministro André Mendonça, a inclusão dos riscos psicossociais na NR-1 é importante para prevenir o adoecimento no ambiente de trabalho e surgiu como resultado do diálogo entre representantes do Estado, dos empregadores e dos trabalhadores. Contudo, ele considera necessário tentar uma conciliação entre a Confenen e os órgãos governamentais envolvidos, para esclarecer dúvidas e lacunas questionadas no STF.

RADAR TRABALHISTA

Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[Lei Maria da Penha: medidas protetivas se aplicam fora do contexto doméstico, decide STF](#)

Supremo Tribunal Federal - 19/08/2026

Por unanimidade, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que as medidas protetivas da Lei Maria da Penha devem ser aplicadas a toda forma de violência contra a mulher baseada no gênero, inclusive quando ocorrer fora dos contextos doméstico, familiar ou afetivo. Com a decisão, mulheres vítimas de violência de gênero em contexto comunitário, profissional, institucional, social ou político também podem ser protegidas pelos mecanismos previstos na lei.

[Ministra Cármen Lúcia é eleita para presidir 1ª Turma](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 17/08/2026

A ministra Cármen Lúcia foi eleita nesta terça-feira (18) para a presidência da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF). Ela assumirá o comando do colegiado em 30 de setembro, em substituição ao ministro Flávio Dino, atual presidente. Ao anunciar a eleição no fim da sessão, Dino lembrou que seu mandato à frente da Turma se encerra no fim de setembro e agradeceu aos demais ministros pela confiança durante o período.

[Justiça do Trabalho inicia construção do Plano Estratégico 2027-2032](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 21/08/2026

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) e o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) deram início oficial à elaboração do Plano Estratégico para o período 2027 a 2032. O objetivo central do novo plano é definir as diretrizes administrativas e operacionais que orientarão a Justiça do Trabalho nos próximos seis anos, com foco na melhoria dos serviços prestados e na capacidade de resposta às transformações do mundo do trabalho.

RADAR TRABALHISTA

[TST extingue ação sobre horas extras após adesão de empregado a PDV](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 21/08/2026

A Subseção I Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1) do Tribunal Superior do Trabalho extinguiu o processo de um empregado da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap), de Brasília (DF), que, após apresentar a ação, aderiu ao programa de demissão voluntária (PDV). O colegiado reconheceu que a adesão implica a quitação geral e sem restrições do contrato de trabalho, o que leva à extinção da demanda.

[Erro na digitalização de processo não pode impedir análise de recurso](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 20/08/2026

A Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho decidiu que um erro na digitalização durante a migração de processos físicos para o Processo Judicial Eletrônico (PJe) não pode impedir uma das partes de apresentar um recurso. Por unanimidade, o colegiado reconheceu a validade de uma procuração que já estava no processo em papel e determinou que o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (SP) analise o recurso apresentado pela defesa dos trabalhadores.

[Sem apresentar cartões de ponto, banco tem de pagar horas extras a bancária “destacada”](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 20/08/2026

A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) decidiu, por unanimidade, condenar a Caixa Econômica Federal (CEF) a pagar horas extras a uma bancária cujo registro de ponto era opcional. Para o colegiado, a não apresentação de controles de jornada pela empresa faz presumir verdadeira a jornada informada pela trabalhadora. O voto do relator do recurso da bancária no TST, ministro Evandro Valadão, foi para condenar o banco a pagar as horas de trabalho além da oitava diária, com adicional de 50%, conforme a jornada indicada na ação.

RADAR TRABALHISTA

[TST decide que trabalhador pode mover ação no lugar onde mora em situações excepcionais](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 19/08/2026

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) decidiu nesta quarta-feira (19) que, em situações excepcionais, o trabalhador pode ajuizar uma ação trabalhista no local onde mora, mesmo que a empresa não tenha atuação nacional. A medida é possível quando ficar demonstrado que levar o processo ao local previsto como regra pela legislação inviabilizaria ou tornaria excessivamente oneroso o acesso à Justiça.

[Madeira e frigoríficos são condenados por pressionar empregados em eleições](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 19/08/2026

A Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou a Fábrica de Troncos Romancini Ltda., de Laranjeiras do Sul (PR), e as empresas Frigobet Frigorífico Industrial Betim Ltda. e Frigorífico Serradão Ltda., de Betim (MG), por terem cometido assédio eleitoral a seus empregados dias antes das eleições de 2022. As indenizações são de R\$ 100 mil e R\$ 350 mil, respectivamente.

[Pesquisa inédita da Justiça do Trabalho traça panorama do assédio eleitoral no Brasil](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 18/08/2026

A Justiça do Trabalho divulgou nesta terça-feira (18) a pesquisa “Assédio eleitoral nas relações de trabalho: diagnóstico empírico dos processos judiciais e das práticas institucionais na Justiça do Trabalho”. A proposta do levantamento é subsidiar iniciativas para qualificar a atuação da Justiça trabalhista no tratamento dos processos relacionados ao assédio eleitoral e no enfrentamento à prática. A pesquisa, inédita, foi realizada pelo Centro de Pesquisas Judiciárias do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e do Tribunal Superior do Trabalho (TST) como forma de entender o cenário do assédio eleitoral no ambiente de trabalho no Brasil.

RADAR TRABALHISTA

[Justiça do Trabalho capacita magistrados para combater assédio eleitoral nas relações de trabalho](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 17/08/2026

Juízes e desembargadores do Trabalho que atuarão no plantão especial de assédio eleitoral participaram, no dia 7 de agosto, de uma capacitação sobre o atendimento de medidas urgentes durante as eleições de 2026. A iniciativa faz parte das ações da Justiça do Trabalho para prevenir e combater práticas que possam prejudicar a liberdade de voto dos trabalhadores no ambiente profissional.

RADAR TRABALHISTA

Notícias do Executivo

[Cursos on-line abordam conteúdos sobre NR-12](#)

Fundacentro - 21/08/2026

Garantir a segurança e a proteção daqueles que lidam com máquinas e equipamentos exige conhecimento e cumprimento da Norma Regulamentadora 12 (NR-12). Dois cursos gratuitos de educação a distância revisam e aprofundam conhecimentos sobre o tema, [Segurança em Máquinas e Equipamentos NR12 - Fundamentos Básicos](#) e [Segurança em Máquinas e Equipamentos NR12 - Apreciação e Redução de Risco](#).

[Pesquisa revela impactos da exposição de mulheres ao amianto](#)

Fundacentro - 21/08/2026

O artigo “[Invisíveis no trabalho e na saúde: exposição ocupacional de mulheres ao amianto na região de Pedro Leopoldo-MG, Brasil](#)”, considerando as desigualdades de gênero, a sobrecarga de trabalho, o adoecimento e as dificuldades de acesso à saúde. A pesquisa integra o Dossiê Desenvolvimento Sustentável e Trabalho, publicado no volume 50 da Revista Brasileira de Saúde Ocupacional (RBSO).

RADAR TRABALHISTA

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[Instituições firmam cooperação para combater assédio eleitoral e fortalecer a democracia no Pará](#)

Ministério Público do Trabalho - 21/08/2026

O Ministério Público do Trabalho no Pará e Amapá (MPT PA-AP), o Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (TRT-8), o Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) e o Ministério Público Federal (MPF) firmaram, nesta sexta-feira (21), um Acordo de Cooperação Técnica para atuação conjunta na prevenção e no enfrentamento do assédio eleitoral, da violência política de gênero e de outras práticas que possam comprometer a liberdade de voto e a integridade do processo democrático durante as Eleições Gerais de 2026. Em 2022, ano das últimas eleições presidenciais, o MPT recebeu 3.371 denúncias de assédio eleitoral, um crescimento de 1.439,7% em relação a 2018, quando foram recebidas 219.

[MPT reúne instituições, empresas e sociedade civil para discutir empregabilidade da população LGBTQIAPN+](#)

Ministério Público do Trabalho - 21/08/2026

O Ministério Público do Trabalho (MPT) promoveu nesta quinta-feira (20), em Belém, o III Encontro Nacional de Empregabilidade LGBTQIAPN+. Por meio da escuta ativa de instituições, empresas e sociedade civil, a iniciativa buscou discutir soluções voltadas ao acesso e permanência desse público no mercado formal. O encontro, realizado em parceria com Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (TRT8) e Fórum de Empresas e Direitos LGBTI+, ocorreu no auditório do MPT PA-AP, com transmissão pelo canal TV MPT, no YouTube, e tradução simultânea em Libras.

[MPT apresenta Política Nacional Vanessa Ricarte para fortalecer prevenção e combate à violência contra mulheres](#)

RADAR TRABALHISTA

Ministério Público do Trabalho - 20/08/2026

A sede do Ministério Público do Trabalho em Mato Grosso do Sul (MPT-MS), em Campo Grande, foi palco, nesta quinta-feira (20), da apresentação da Política Nacional Vanessa Ricarte de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, iniciativa que passa a orientar a atuação institucional em todas as unidades do MPT no país.

[MPT firma cooperação com OAB e AGU para ampliar ações de combate ao assédio eleitoral](#)

Ministério Público do Trabalho - 19/08/2026

O exercício pleno da democracia exige que o trabalhador eleitor tenha assegurada sua liberdade de escolha na hora do voto. A avaliação é do procurador-geral do Trabalho, Gláucio Araújo de Oliveira, durante solenidade de assinatura de acordo de cooperação técnica com o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Assinado nesta segunda-feira (17), a cooperação prevê o aperfeiçoamento dos fluxos de denúncias e das ações interinstitucionais para prevenção e combate ao assédio eleitoral nas relações de trabalho.

[MPT e TRT em MT firmam parceria para realização do 1º Feirão da Aprendizagem](#)

Ministério Público do Trabalho - 19/08/2026

O Ministério Público do Trabalho em Mato Grosso (MPT-MT) aderiu, neste mês, a um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) para auxiliar na organização, divulgação e execução do 1º Feirão da Aprendizagem, promovido pelo Tribunal Regional do Trabalho de Mato Grosso (TRT-MT). O evento será realizado no dia 28 de agosto de 2026, das 8h às 16h, no Centro Judiciário de Soluções Consensuais (Cejusc), em Cuiabá.

[Instituições da Paraíba lançam campanha conjunta de combate ao assédio eleitoral nas relações de trabalho](#)

RADAR TRABALHISTA

Ministério Público do Trabalho - 18/08/2026

Representantes do Judiciário e do Ministério Público na Paraíba se reuniram, nesta terça-feira (18), na sede do TRT-PB, para o lançamento regional da campanha “Aliança pelo Voto Livre e Secreto”. A iniciativa foca na prevenção e no combate ao assédio eleitoral no ambiente de trabalho, alinhando o Estado a uma mobilização de âmbito nacional.

[Acordo obriga empresa hoteleira a reduzir riscos psicossociais](#)

Ministério Público do Trabalho - 19/08/2026

Uma empresa do segmento de hotelaria, com atuação em Porto Velho (RO), firmou Termo de Ajuste de Conduta (TAC) perante o Ministério Público do Trabalho (MPT), pelo 2º Ofício Geral da PRT14, assumindo obrigações voltadas à adequação das condições de saúde e segurança no trabalho e à prevenção de riscos ocupacionais. Entre as obrigações estabelecidas no TAC está a de elaborar, implementar e manter permanentemente atualizado o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), contemplando as diferentes funções e atividades desenvolvidas no setor hoteleiro, como recepção, serviços de cama-reira, manutenção e cozinha, entre outras.

[MPT-RS promove seminários sobre prevenção ao assédio eleitoral em Pelotas](#)

Ministério Público do Trabalho - 18/08/2026

O Ministério Público do Trabalho no Rio Grande do Sul (MPT-RS) promoverá, no dia 26 de agosto de 2026, em Pelotas, os seminários Trabalho e Democracia: Diálogos para Prevenção ao Assédio Eleitoral. Serão realizados dois encontros na Casa do Trabalhador (Rua Santa Cruz, nº 2464A, Centro), voltados a diferentes segmentos da sociedade, com o objetivo de ampliar a conscientização sobre o assédio eleitoral nas relações de trabalho e promover a defesa da liberdade de escolha dos trabalhadores.

RADAR TRABALHISTA

[Garantia de voto livre exige atuação institucional integrada](#)

Ministério Público do Trabalho - 17/08/2026

A atuação conjunta do Ministério Público do Trabalho (MPT) com diferentes instituições foi classificada, pelo procurador-geral do Trabalho, Gláucio Araújo de Oliveira, como fundamental para o enfrentamento ao assédio eleitoral. Ele participou da abertura, nesta segunda-feira (17), do webinar “Assédio Eleitoral: Atuação Integrada do Ministério Público nas Eleições 2026”, promovido pelo MPT e pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

RADAR TRABALHISTA

Outras Notícias

[Gilmar adia julgamento de prazo para execução individual em sentença coletiva](#)

Consultor Jurídico - 23/08/2026

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, pediu vista e adiou o julgamento em que o Plenário decidirá qual é o prazo limite para que trabalhadores cobrem individualmente valores reconhecidos em ações coletivas. A análise do caso ocorria na sessão virtual que teve início na sexta-feira (21/8) e estava prevista para se encerrar na próxima sexta (28/8). Até o pedido de vista do decano do STF, apenas o relator da matéria, o ministro Dias Toffoli, havia votado.

[Da contribuição sobre o 13º proporcional ao aviso prévio indenizado](#)

Consultor Jurídico - 20/08/2026

O Supremo Tribunal Federal reconheceu a repercussão geral da controvérsia relativa à incidência da contribuição previdenciária patronal sobre os valores pagos a título de 13º salário proporcional ao aviso prévio indenizado. A matéria recebeu o Tema 1.445 e será julgada no Recurso Extraordinário nº 1.566.336. A repercussão geral foi apreciada em sessão virtual iniciada em 13/2/2026.

[Falta de registro de ponto gera presunção da jornada alegada pelo trabalhador](#)

Consultor Jurídico - 20/08/2026

A 7ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho decidiu, por unanimidade, condenar a Caixa Econômica Federal a pagar horas extras a uma bancária cujo registro de ponto era opcional. Para o colegiado, a não apresentação de controles de jornada pela empresa faz presumir verdadeira a jornada informada pela trabalhadora.

RADAR TRABALHISTA

[Teletrabalho não justifica supressão de intervalo para amamentação](#)

Consultor Jurídico - 20/08/2026

A 15ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (SP) reformou uma sentença e condenou uma empresa a pagar danos morais no valor de R\$ 10 mil por não conceder a uma trabalhadora, em regime de teletrabalho, intervalo para amamentação. A sentença da 26ª Vara do Trabalho de São Paulo considerou a privação “mero descumprimento de uma obrigação contratual”. Todavia, reconheceu tal ilicitude para fundamentar a rescisão indireta do contrato de trabalho por culpa da empresa.

[Aborto espontâneo limita período de estabilidade provisória da gestante](#)

Consultor Jurídico - 20/08/2026

A gestante admitida por contrato temporário que sofre um aborto espontâneo não tem direito à indenização pelo período integral que corresponderia à gestação e ao pós-parto. Nessas condições, a garantia de emprego fica restrita à época da gravidez, acrescida de duas semanas de repouso remunerado. Com esse entendimento, 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (BA) reconheceu a estabilidade de gestante a uma promotora de vendas, mas limitou a indenização depois que ela sofreu um aborto espontâneo.

[Inventar testemunha em recurso gera multa por litigância de má-fé](#)

Consultor Jurídico - 19/08/2026

Ao interpor recurso e nele apresentar prova testemunhal fabricada a partir de informações extraídas do próprio processo, o litigante não comete mero equívoco accidental. Trata-se de conduta deliberada e temerária, orientada à alteração da verdade dos fatos e à obtenção de vantagem processual indevida. Tal comportamento justifica a aplicação da multa por litigância de má-fé e a adoção das medidas cabíveis para apuração da conduta profissional do advogado perante a OAB.

RADAR TRABALHISTA

[Trabalhador negro que foi obrigado a cortar o cabelo deve ser indenizado](#)

Consultor Jurídico - 18/08/2026

Uma sentença da juíza Marcele Carine dos Praseres Soares, da 34ª Vara do Trabalho de São Paulo, reconheceu a rescisão indireta (a justa causa aplicada ao empregador) de um fiscal de loja que foi obrigado a cortar o cabelo e retirar a barba para atender ao padrão estético exigido pela tomadora de serviços. A decisão também condenou a loja ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$ 20 mil.

[Demitir antes e negociar depois, o que resta do Tema 638](#)

Consultor Jurídico - 18/08/2026

Na manhã da última sexta-feira, trabalhadores de diferentes cidades chegaram para o expediente e encontraram as portas fechadas. Entre os dias 13 e 14 de agosto, o Grupo Casas Bahia encerrou 298 lojas, quase 30% de sua rede física, em meio a uma reestruturação que também alcançou o quadro de empregados. A extensão dos desligamentos ainda não está suficientemente esclarecida, e os números divulgados até agora não permitem conhecer com segurança quantas pessoas foram efetivamente atingidas.

[Licença-maternidade em novo emprego afasta direito à estabilidade provisória](#)

Consultor Jurídico - 18/08/2026

A estabilidade provisória da gestante pode ser afastada se a trabalhadora pede demissão por livre vontade e celebra novo contrato de trabalho em seguida. Nessa situação, a obtenção do novo emprego assegura a proteção à maternidade e configura renúncia ao direito anterior. Essa foi a conclusão da 6ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (MG) ao decidir manter uma decisão que negou os pedidos de indenização de uma trabalhadora que pediu demissão sem saber que estava grávida e, poucos dias depois, foi contratada por outra empresa.

RADAR TRABALHISTA

[Justificativa médica para recusar vacina contra a Covid-19 afasta justa causa](#)

Consultor Jurídico - 17/08/2026

A 5ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho manteve por unanimidade a decisão que afastou a justa causa aplicada a um comissário de bordo demitido por se recusar a tomar a vacina contra a Covid-19, mas que conseguiu comprovar que a recusa estava amparada por recomendação médica válida.

[Pedido de demissão garante indenização se acordo não a proíbe expressamente](#)

Consultor Jurídico - 17/08/2026

A indenização prevista em acordo coletivo deve ser paga ao empregado que pede demissão se a norma não prever expressamente que o pagamento não se aplica nesse caso. As cláusulas de acordos de trabalho devem ser aplicadas de forma literal, sendo proibido criar restrições que não foram escritas. Com base nesse entendimento, a 6ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (PR) manteve uma sentença que garantiu a um ex-empregado de uma distribuidora de energia o recebimento de metade de uma verba indenizatória prevista em acordo coletivo.

[TRT-1: Trabalhador submetido a jornada exaustiva de 13 horas será indenizado](#)

Migalhas - 21/08/2026

A 6ª turma do TRT da 1ª região condenou WMB Supermercados do Brasil, Atacadão e Carrefour a pagar R\$ 10 mil por danos morais e existenciais a trabalhador submetido habitualmente a jornadas superiores a 13 horas diárias e 74 horas semanais.

[TST: doença ocupacional não incapacitante não gera estabilidade](#)

Revista Proteção - 21/08/2026

A 3ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho – TST decidiu que o simples reconheci-

RADAR TRABALHISTA

to de doença ocupacional não é suficiente para assegurar a estabilidade provisória prevista no art. 118 da Lei 8.213/1991. Para o colegiado, é indispensável a comprovação de que a enfermidade ocasionou incapacidade ou redução da capacidade laborativa do trabalhador (TST-Ag-EDCiv-RR-539-55.2021.5.11.0015, DEJT de 01.07.2026).

[Intervalos de recuperação térmica não concedidos devem ser pagos de forma integral, decide TRT-RS](#)

Revista Proteção - 21/08/2026

A 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT-RS) decidiu que é devido o pagamento integral do intervalo para recuperação térmica não concedido a um empregado que trabalhava rotineiramente na movimentação de mercadorias em câmaras frias. Por unanimidade, foi confirmada, no aspecto, a sentença da juíza Eliane Covolo Melgarejo, da 2ª Vara do Trabalho de Canoas.

[Agência europeia alerta para assédio sexual e o ciberassédio no trabalho](#)

Revista Proteção - 20/08/2026

A Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho (OSHA) alerta que o assédio no local de trabalho, seja presencial ou online, tem graves consequências para a segurança, a saúde e o bem-estar dos trabalhadores. A OSHA também destaca que os empregadores têm de combater o assédio em todas as suas formas.

[Comissão aprova projeto que exige café da manhã e almoço para trabalhadores da construção civil](#)

Revista Proteção - 20/08/2026

A Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que obriga as empresas de construção civil a fornecerem café da manhã e almoço aos

RADAR TRABALHISTA

trabalhadores contratados para atuar em canteiros de obras. Pela proposta, a medida vale independentemente do tipo de contrato de trabalho. O fornecimento poderá ser feito diretamente pela empresa ou por meio do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT).

[Manual do Programa de Higiene Ocupacional é lançado no CBHO](#)

Revista Proteção - 19/08/2026

Foi lançado, durante o 20º Congresso Brasileiro de Higiene Ocupacional (CBHO), o Manual do Programa de Higiene Ocupacional. A obra é de autoria do higienista e vice-presidente de Estudos e Pesquisas da ABHO, Marcus Vinícius Braga Rodrigues Nunes, e editado pela Proteção Publicações.

[Riscos psicossociais e implementação da NR 1 estão em destaque no Anamt Express](#)

Revista Proteção - 18/08/2026

A Associação Nacional de Medicina do Trabalho (ANAMT) disponibilizou um novo episódio do ANAMT Express, podcast voltado à atualização e ao debate de temas relevantes para a especialidade. Desta vez, dentro da série RBMT em Destaque, a iniciativa aborda o tema “Riscos psicossociais: como implementar a NR-01 com evidências”.

[NR-4 e graus de risco: por que as empresas devem se preparar desde já](#)

Revista Proteção - 17/08/2026

Encerrada no último dia 29 de junho, a consulta pública reaberta pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) sobre o Anexo I da NR-4 colocou em discussão muito mais do que a atualização de uma tabela. O documento propõe rever a correspondência entre as subclasses da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) 2.0 e os Graus de Risco das atividades, classificados de 1 a 4.

RADAR TRABALHISTA

[Conheça os finalistas do Prêmio Seconci-SP de SST](#)

Revista Proteção - 17/08/2026

Dezesseis empresas tiveram canteiros de obras e profissionais escolhidos como finalistas do 10º Prêmio Seconci-SP de Saúde e Segurança do Trabalho (SST). São elas: Benx, Brio Incorporadora, Canopus, Construtora Tenda, Cyrela, Direcional Engenharia, Even, Grupo Kallas, MRV Engenharia, Pacaembu Construtora, RFM Construtora, Santo André Empreendimentos, SPL Engenharia, Tecnisa, Tegra e Unigás. Os vencedores da premiação serão anunciados em solenidade no dia 19 de outubro, no Parque Mirante.

[CBIC promove workshop sobre impactos da redução da jornada nos encargos sociais da construção](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 21/08/2026

Quais podem ser os efeitos da redução da jornada de trabalho sobre os custos das empresas do setor da construção? A discussão será tema de workshop promovido pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), por meio da Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT), em parceria com o Sinduscon-SP e Sinduscon-MG, com correalização do SESI e apoio do Instituto Mauá de Tecnologia. O encontro será realizado no dia 26 de agosto, das 17h às 19h, com transmissão ao vivo pelos canais da CBIC e do Sinduscon-SP no YouTube.

[Seconci-Rio: entidade capacita nova turma de auditores fiscais em Trabalho em Altura](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 19/08/2026

Na última sexta-feira, 7 de agosto, o Seconci-Rio concluiu a formação de mais uma turma de auditores fiscais do Ministério do Trabalho no curso de NR-35 – Trabalho em Altura. Ao todo, 13 profissionais participaram da capacitação, que reuniu conteúdos teóricos e atividades práticas. A formação é composta por módulos teórico e prático, proporcionando aos participantes uma experiência completa de aprendizagem.

RADAR TRABALHISTA

[Dia Nacional de Segurança e Saúde nas Escolas tem inscrições prorrogadas até 21 de agosto](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 17/08/2026

As inscrições para o Dia Nacional de Segurança e Saúde nas Escolas da Indústria da Construção (DNSSE) 2026 foram prorrogadas até 21 de agosto. Entidades interessadas em promover ações em escolas sobre segurança, prevenção de acidentes e promoção da saúde podem aderir à mobilização nacional, que será realizada no dia 9 de outubro, em todo o país.

[Seconci-DF : Trabalhadoras da construção reforçam importância do Agosto Lilás](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 17/08/2026

Em alusão ao Agosto Lilás, mês dedicado à conscientização e ao enfrentamento da violência contra a mulher, o Serviço Social da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal (Seconci-DF) promove palestras e ações de sensibilização em diversos canteiros de obras. Na segunda semana de atividades, as mulheres ganharam protagonismo nas ações, reforçando a importância da participação dos homens na conscientização e no enfrentamento à violência doméstica e familiar.

[Alcolumbre encaminha PEC do fim da escala 6x1 à CCJ](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 17/08/2026

O presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP), determinou nesta sexta-feira (14) o encaminhamento da PEC 221/2019, que prevê o fim da escala 6x1 e a redução da jornada semanal de trabalho, à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ), destravando formalmente a tramitação da proposta na Casa. O movimento ocorre após a retomada do diálogo entre Alcolumbre e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que vinha pressionando pelo avanço da matéria. Em nota, o presidente do Senado classificou a PEC como uma proposta de “alta complexidade” e destacou que o texto seguirá o rito ordinário e regimental.

RADAR TRABALHISTA

Atos Normativos

[RESOLUÇÃO CGEPAT Nº 1, DE 14 DE AGOSTO DE 2026](#) (DOU de 17/08/2026 Seção I Pág. 149) - Aprova o Regimento Interno do Comitê Gestor do Programa de Alimentação do Trabalhador – CGEPAT;

[CIRCULAR CAIXA Nº 1.120, DE 11 DE AGOSTO DE 2026](#) (DOU de 18/08/2026 Seção I Pág. 88) - Divulga a versão 8 do Manual de Orientação às Instituições Financeiras para utilização do Saque-Aniversário do FGTS como garantia, na modalidade de cessão ou alienação fiduciária, em operações de crédito;

[CIRCULAR CAIXA Nº 1.119, DE 17 DE AGOSTO DE 2026](#) (DOU de 19/08/2026 Seção I Pág. 52) - Divulga a versão 28 do Manual de Movimentação da Conta Vinculada do FGTS;

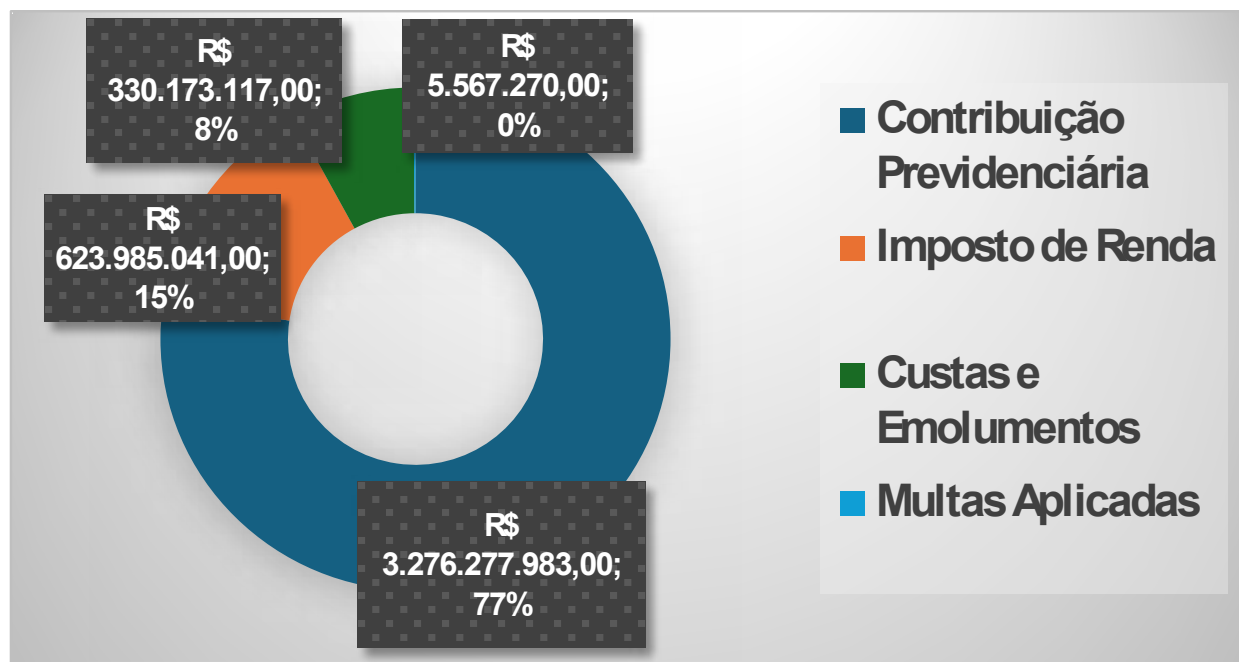
[INSTRUÇÃO NORMATIVA PRES/INSS Nº 213, DE 17 DE AGOSTO DE 2026](#) (DOU de 19/08/2026 Seção I Extra Pág. 07) - Altera a Instrução Normativa PRES/INSS nº 138, de 10 de novembro de 2022, que estabelece critérios e procedimentos operacionais relativos à consignação de descontos para pagamento de crédito consignado contraído nos benefícios pagos pelo INSS;

[PORTARIA DIRBEN/INSS Nº 1.354, DE 18 DE AGOSTO DE 2026](#) (DOU de 21/08/2026 Seção I Pág. 69) - Altera o Livro III das Normas Procedimentais em Matéria de Benefícios, que disciplina a aplicação prática da Manutenção de Benefícios e Serviços do Regime Geral de Previdência Social - RGPS no âmbito do INSS, aprovado pela Portaria Dirben/INSS nº 992, de 28 de março de 2022.

RADAR TRABALHISTA

Dados estatísticos do TST

Série histórica dos valores arrecadados na Justiça do Trabalho no ano de 2026 (julho):



Fonte: Tribunal Superior do Trabalho - TST

RADAR TRABALHISTA

Expediente

CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO (CBIC)

Renato Correia

Presidente

Fernando Guedes Ferreira Filho

Presidente Executivo

COMISSÃO DE POLÍTICA DE RELAÇÕES TRABALHISTAS (CPRT/CBIC)

Ricardo Dias Michelin

Vice-presidente da CPRT/CBIC

Gabriela Serafim

Gestora de Projetos da CPRT/CBIC

QUEIROZ NETO ADVOGADOS

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico